23/07/2020 15:16 - MP de São Paulo denuncia Alckmin por corrupção e lavagem de dinheiro

O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin foi denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público de São Paulo à Justiça Eleitoral.

Na semana passada, Alckmin foi indiciado a partir de uma investigação com base em informações fornecidas por executivos do Grupo Odebrecht em acordos de colaboração premiada.

O presidente estadual do PSDB de São Paulo, Marco Vilnholi, divulgou nota em que afirma ter confiança na "idoneidade" do ex-governador. "40 anos de vida pública, postura de retidão e respeito à lei sem jamais abrir mão dos princípios éticos e de seu compromisso em servir", diz o comunicado. Alckmin foi governador de São Paulo em dois períodos, entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018.

Ouça

404 Not Found

---

nginx

Defesa

A equipe de defesa de Alckmin afirma que o ex-governador "jamais foi procurado pelas autoridades policiais para se manifestar a respeito dos fatos". Além disso, segundo a nota, as concluões do inquérito são "apressadas" e infundadas". " Por isso, confiante na Justiça, [Alckmin] responderá aos termos da denúncia, seguro de que não praticou qualquer ilícito, até porque nunca recebeu valores a título de contribuição de campanha eleitoral que não tenham sido devidamente declarados".

José Serra

Na terça-feira (21), senador José Serra (PSDB-SP) foi alvo de uma nova operação sobre doações ilegais de campanha. A Polícia Federal cumpriu quatro mandados de prisão e busca e apreensão em endereços ligados ao senador e outras pessoas suspeitas de envolvimento no esquema. As ações ocorrem na capital paulista, em Brasília, Itatiba (SP) e Itu (SP). Além de ser do mesmo partido de Alckmin, Serra foi governador de São Paulo (2007-2010).

Segundo o Ministério Púbico de São Paulo, a investigação é baseada em informações repassadas por pessoas que foram contratadas em 2014 para operacionalizar os pagamentos das doações eleitorais não contabilizadas, em colaboração espontânea com a Justiça. O processo foi remetido pelo Supremo Tribunal Federal à Justiça Eleitoral de São Paulo em 2019.

Na ocasião, Serra afirmou que "jamais recebeu vantagens indevidas ao longo dos seus 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos". A nota enfatiza ainda que todas as suas contas de campanha sempre foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Fonte: Agência Brasil